

PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E DE CONSTITUIÇÃO, DE JUSTIÇA E DE CIDADANIA, AO PROJETO DE LEI Nº 1.016, DE 2023, E AO APENSADO PROJETO DE LEI Nº 334, DE 2023, DO SENADO FEDERAL

**PROJETO DE LEI Nº 1.016, DE 2023
APENSADO: PL Nº 334, DE 2023**

Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo referente à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para prorrogar o prazo referente a acréscimo de alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação), nos termos que especifica.

Autor: Deputado **RICARDO AYRES**

Relator: Deputado **ANY ORTIZ**

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n. 1.016, de 2023, de autoria do Deputado Federal Ricardo Ayres, pretende alterar a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo de vigência relativo à contribuição previdenciária patronal sobre a receita bruta, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para prorrogar o prazo referente a alíquota adicional da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação) sobre algumas mercadorias.

O projeto vinha tramitando nesta Casa sob o regime Ordinário, porém, em 1º de agosto de 2023, passou para o regime de Prioridade (art. 151



II, Regimento Interno da Câmara dos Deputados-RICD), em função da apensação do Projeto de Lei nº 334, de 2023, de autoria do Senador Efraim Filho.

Na Comissão de Desenvolvimento Econômica (CDE), foi apresentado o Parecer PRL nº 2, da relatora, Deputada Any Ortiz, opinando pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.016, de 2023, e pela aprovação do Projeto de Lei nº 334, de 2023.

Tanto o PL 1.061, de 2023, quanto o PL 334, de 2023, têm a mesma finalidade: a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos até a data de 31 de dezembro de 2027, para os atuais 17 setores econômicos desonerados, política esta que permite a substituição da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) sobre a Folha de Salários pela incidência da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). As propostas permitem ainda a prorrogação do adicional de um ponto percentual da alíquota da Cofins-Importação a título de compensação.

Os detalhes estão dispostos nos artigos 2º e 3º dos PL's sob exame:

Art. 2º Os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º Até 31 de dezembro de 2027, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:”(NR)

“Art. 8º Até 31 de dezembro de 2027, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991: ”(NR)

Art. 3º O caput do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art.8º.....

§ 21. Até 31 de dezembro de 2027, as alíquotas da Cofins-Importação de que trata este artigo ficam acrescidas de um ponto percentual na hipótese de importação dos bens classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, nos códigos: ”(NR)



A desoneração consiste na opção de substituir a incidência da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de salários pela incidência sobre a receita bruta e, de acordo com a legislação tributária em vigor, alcança dezessete segmentos, incluindo setores da indústria, dos serviços, dos transportes e da construção, com vigência até 31 de dezembro de 2023, de acordo com o prazo fixado pela Lei Ordinária nº 14.288/2021, aliás, resultado da aprovação do PL n. 2541/2021, de autoria do então Deputado Efraim Filho.

Apesar da retomada da economia ainda estar em crescimento, não parece oportuno retirar os estímulos fiscais hoje existentes, em especial os de natureza tributária. Ademais lembra que o mercado de trabalho ainda se ressentir dos impactos da crise. Com isso, o desemprego, a subocupação e o desalento seguem em alta.

A economia internacional enfrenta um momento desafiador, ainda com inflação e juros altos, o que nos impele a agir para proteger os empregos no Brasil. A desoneração da folha de pagamento de salários deve ser mantida neste cenário, uma vez que se mostrou exitosa e vai ao encontro do princípio constitucional da busca do pleno emprego.

Por fim, a extinção da desoneração da folha representaria um obstáculo à manutenção e geração de empregos no futuro próximo, pois agravaria os custos de contratação de mão de obra para os importantes setores da indústria, dos serviços, dos transportes e da construção que atualmente podem optar pelo recolhimento da contribuição previdenciária sobre a receita bruta, ao invés da incidência da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamento.

No âmbito do Senado Federal, o Projeto de Lei nº 334, de 2023, foi apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e aprovado em caráter terminativo, nos termos do Substitutivo do Senador Ângelo Coronel, que acrescentou ao texto original um novo dispositivo, o art. 4º, conforme abaixo transcrito, reduzindo a alíquota da Contribuição Previdenciária Patronal para os municípios com menos de 142.000 habitantes:

Art. 4º O art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.22º.....



§ 17. A alíquota da contribuição prevista no inciso I do caput deste artigo será de 8% (oito por cento) aos municípios enquadrados nos coeficientes inferiores a 4 (quatro inteiros) da tabela de faixas de habitantes do § 2º do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.” (NR)

Assim como os 17 setores desempenham papel fundamental à economia, é necessário fazer referência aos maiores prestadores de serviços de saúde básica e educação infantil: os municípios. Esses, embora sejam entes federados, são tratados como empresas para fins de recolhimentos de contribuições previdenciárias, ao não possuir capacidade financeira para instituir regimes próprios, e paradoxalmente, não estão contemplados em políticas públicas similares à desoneração.

Conforme o Relator, a própria Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que institui a contribuição previdenciária sobre a folha de salários, equipara os municípios a empresas para fins de recolhimento de tributos, sem nenhuma distinção como acontece nos 17 (dezessete) setores, nas Sociedades Anônimas de Futebol e nas demais empresas contempladas com desonerações.

Em 6 de julho de 2023, o Projeto de Lei nº 334, de 2023, foi remetido, já com o Substitutivo da CAE incorporado no texto final do Senado Federal, à Câmara dos Deputados.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A desoneração da folha de pagamentos, instituída em 2011, ao reduzir o custo previdenciário das empresas, tem mostrado resultados bastante satisfatórios, contribuindo para a manutenção e para a geração de emprego e renda e para a sobrevivência e viabilidade econômica das empresas, daí porque é uma política pública da maior relevância.



Nesse período, desde a publicação da Lei nº 12.546/2011, com prazo de vigência até 31/12/2014, muitas foram as alterações promovidas nessa política, por iniciativas do Executivo e por iniciativas de parlamentares.

Em decorrência dos ajustes promovidos pelo Poder Executivo, muitos setores foram excluídos da desoneração da folha de pagamentos em função de não corresponderem aos resultados esperados, assim, houve uma redução de 53 para 17 setores beneficiados com as novas alíquotas.

A duração inicial da alíquota diferenciada seria de 3 anos, até 31/12/2014, porém, em função do sucesso da medida, a desoneração foi prorrogada por prazo indeterminado através da Medida Provisória nº 651, de 2014, que se converteu na Lei nº 13.043, de 2014.

Em 2018, nova alteração proposta pelo Executivo fixou a vigência da política até 31/12/2020.

Desde então, por iniciativa parlamentar, uma sucessão de prorrogações vem sendo aprovadas, até 31/12/2021 (Lei nº 14.020/2020), até 31/12/23 (Lei nº 14.288/2021) e agora até 31/12/2027, tudo com o intuito de manter essa importante política pública.

Os 17 (dezessete) setores desonerados são: calçados, comunicação/jornalismo, call centers, serviço de tecnologia da informação, serviço de tecnologia de comunicação, confecção/vestuário, construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, projeto de circuitos integrados, transporte metro ferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Nesse período de construção desta relatoria, nós recebemos 22 (vinte e duas) organizações representativas dos 17 (dezessete) setores econômicos alcançados por essa medida; grupo esse que emprega aproximadamente 9 milhões de trabalhadores. Estudos recentes comparam efeitos sobre o emprego formal e a competitividade entre o grupo de setores desonerados, em relação ao grupo não contemplado pela medida, e demonstram que a manutenção da desoneração não somente aumentou o



emprego formal, como também melhorou a competitividade desses setores na economia brasileira.

A desoneração da folha de pagamentos foi adotada como um mecanismo de redução dos custos dos fatores de produção, visando conferir maior competitividade às empresas e promover o desenvolvimento tecnológico.

Não obstante os efeitos positivos dessa política, a desoneração da folha de pagamentos será extinta em 31 de dezembro de 2023, nos termos da Lei nº 14.288, de 31 de dezembro de 2021, e impactará negativamente as operações das empresas, e conseqüentemente, milhões de empregos na economia nacional.

A baixa competitividade do custo laboral brasileiro impõe ao Brasil uma tímida participação no comércio internacional de bens e serviços de alto valor agregado e baixíssima inserção em cadeias globais de produção. A nossa economia ocupa a 105ª posição no Índice de Eficiência do Mercado Laboral. O país se encontra em momento histórico de desaceleração global do crescimento econômico, com aumento do número de desempregados.

Nesse sentido, fomos alertados que os impactos negativos resultantes da reoneração se farão sentir no arrefecimento na arrecadação de impostos, no consumo das famílias, na empregabilidade geral dos setores, assim como na contração da receita das empresas, pois estas perdem competitividade, o que afeta intimamente a sustentabilidade econômica e o bem-estar das famílias no País.

A desoneração da folha é uma política que contribuiu para o aumento expressivo na contratação de profissionais, impulsionando o crescimento dos setores e conseqüentemente na arrecadação para o Governo. Ademais, tratam-se de setores que demandam muita mão de obra e por essa razão possuem altos índices de contratação. Destaca-se que segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), os setores que mais geraram empregos no mês de março deste ano, foram justamente as atividades econômicas que se encontram abrangidos pela desoneração, quais sejam setor de serviços, com a criação líquida de 122.323 empregos formais e construção com a 33.641. Posteriormente, aqueles segmentos que não estão



na política tiveram um menor desempenho (indústria, com 20.984, e comércio, com 18.555).

Analisando os dados do mercado de trabalho da política de desoneração e comparando os empregos e remunerações dos 17 setores desonerados com aqueles que foram reonerados a partir de 2018, conforme a Lei 13.670/2018, conclui-se que os setores desonerados são capazes de uma maior geração de emprego e consequente arrecadação. Dezembro de 2017 é tomado como base de comparação e, a partir de então, são comparados os empregos dos setores desonerados com os setores reonerados. De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), em dezembro de 2022 os setores desonerados alcançaram 8,93 milhões de trabalhadores e os setores reonerados 6,32 milhões, o que os caracteriza, ambos, como setores intensivos em força de trabalho. Em termos de evolução da empregabilidade, no período de janeiro de 2018 a dezembro de 2022, os setores desonerados contrataram mais de 1,2 milhão de novos trabalhadores, o que corresponde a cerca de 15,5% de crescimento, enquanto os setores reonerados contrataram pouco mais de 400 mil novos trabalhadores, o que equivale a apenas 6,8% de crescimento.

Os dados do CAGED mostram que, ao final de março de 2023, o Brasil tinha saldo de 42,97 milhões de empregos com carteira assinada, o chamado estoque de empregos formais, com cerca de 20,8% de empregos formais. A partir das variações dos empregos dos setores reonerados, são estimados a perda de empregos e de arrecadação dos setores desonerados caso não estivessem contemplados na política de desoneração da folha. Somente em 2022, aproximadamente 620 mil empregos formais deixariam de ser gerados caso não houvesse a política, o que resultaria, inevitavelmente, em perda de arrecadação da Contribuição Previdenciária Patronal e do Empregado de mais de R\$ 13,2 bilhões.

A eliminação da política da desoneração da folha afetaria consideravelmente, a geração de empregos, visto que o benefício tem potencial de gerar 1.623.658 mil postos de trabalho, sendo que a perda de arrecadação da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) gira em torno de



aproximadamente R\$ 34,3 bilhões de reais, em face da perda de empregos e das remunerações.

O comportamento dos dois grupos de setores, desonerados e reonerados, sugere que a desoneração da folha tem natureza de política pública estruturante, em especial à luz da diferença de geração de empregos formais e de sua consequente arrecadação tributária.

Com fundamento em todo o exposto, essa é uma política pública que deve ser mantida. No caso, prorrogada, pois sua vigência expira em 31 de dezembro do corrente ano.

A desoneração da folha de pagamentos representa a manutenção de importante componente da competitividade internacional, assim como protege a empregabilidade e o consumo das famílias em nível nacional. É medida imprescindível, visando preservar as estruturas produtivas que abrangem milhões de empregos formais diretos, aos quais se somam milhares de postos de trabalho indireto.

O fim dessa importante política tributária de proteção do emprego e da competitividade empresarial repercutirá, invariavelmente, a curto e médio prazo, sobre os preços médios praticados em uma série de cadeias produtivas, dado que as empresas não terão como absorver integralmente os impactos do aumento dos encargos do fim da política, aumentando preços de tarifas, alimentos e serviços consumidos pela população, em momento de inflação ainda em patamares acima do desejável e desaceleração da economia a nível mundial.

Cabe destacar que, sob a ótica fiscal, a prorrogação da vigência da tributação substitutiva da folha ensejará menor gasto público oriundo de programas de auxílio estatal, com políticas assistenciais, como seguro-desemprego e Bolsa Família, por exemplo, assim como contribuirá com a maior arrecadação, em especial para a previdência e sobre o consumo.

Ressalte-se que o benefício em questão não se trata de renúncia fiscal, dado que, se trata de uma política de renovação e sob a perspectiva compensatória, a proposta também prorroga, por igual período, a



elevação em um ponto percentual da alíquota da Cofins Importação sobre os bens e serviços objeto da desoneração da folha

É importante lembrar os referenciais constantes no Parecer emitido pela Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, de 15 de julho de 2020, quando analisou a constitucionalidade da prorrogação da desoneração da folha de pagamento, nos termos da Lei n. 14.020, de 6 de julho de 2020. Nesse parecer, à luz da Emenda Constitucional nº 103/2019 (Reforma da Previdência), fez-se claro o registro de que são distintos os institutos jurídicos relativos à **instituição** de novas desonerações **baseadas na substituição da base de cálculo**, **majoração** de desonerações já concedidas e **prorrogação** de desonerações já concedidas. Ou seja, após a edição da EC nº 103/2019, a instituição e a majoração são iniciativas proibidas, já a prorrogação de desonerações já concedidas pode ser admitida.

Por fim, cumpre-me exaltar as iniciativas do Deputado Ricardo Ayres e do Senador Efraim Filho que, em tempos de grande produtividade no Congresso Nacional, propiciaram que as duas Casas pudessem discutir e votar essa matéria, pois a importância da sua manutenção representa:

- 1) previsibilidade para os setores até que a Reforma Tributária se estabeleça neste País;
- 2) manutenção de empregos e estímulo à geração de novos;
- 3) recuperação da capacidade instalada de setores com elevados níveis de ociosidade, em face do novo horizonte com sensíveis melhorias no cenário econômico.

No que tange ao exame da constitucionalidade, examinada sob o viés *formal*, a validade jurídica das proposições perpassa pela verificação de 3 (três) vieses centrais: (i) saber se a matéria está inserida no rol de competência legislativa da União, privativa ou concorrente, (ii) analisar a legitimidade da iniciativa parlamentar para apresentação do projeto de lei; e, por fim, (iii) examinar a adequação da espécie normativa utilizada.

Os Projetos de Lei nº 1.016, de 2023 e nº 334, de 2023, veiculam conteúdo inserido no rol de competências legislativas da União, uma



vez que tratam de direito tributário, *ex vi* do art. 24, I, da Constituição da República.

Além disso, a temática não se situa entre as iniciativas reservadas aos demais Poderes, circunstância que habilita sua apresentação por parlamentar (CRFB/88, art. 48, *caput*, e art. 61, *caput*).

Por fim, a Constituição de 1988 não gravou a matéria *sub examine* com cláusula de reserva de lei complementar, de modo que sua formalização como legislação ordinária não desafia qualquer preceito constitucional.

Em relação à juridicidade, não há óbices, uma vez que a matéria examinada inova no ordenamento jurídico, observa o princípio da generalidade normativa e respeita os princípios gerais do direito.

Em se tratando de princípios, no que tange à decisão do Senado Federal sobre os municípios, vale ressaltar que o art. 15, parágrafo único, da Lei nº 8.212, de 1991, equipara à empresa, para os efeitos daquela Lei, entre outros, a “entidade de qualquer natureza ou finalidade”. Em assim sendo, é possível uma diferenciação de alíquota em função do porte, seja da empresa, seja do ente público contribuinte. Nesse sentido, em observância ao princípio da equidade, a Lei permite um tratamento diferenciado, com expressa possibilidade de alterações de alíquotas e bases de cálculo, aos entes públicos.¹

Contudo, a inclusão do Senado pelo critério de municípios com menos de 142.000 merece reparo. O critério da população do município, para fins de redução da alíquota da Contribuição Previdenciária Patronal, utilizado na redação do art. 4º do Projeto de Lei nº 334, de 2023, a meu ver não é justa, uma vez que existem municípios com população baixa e alta capacidade contributiva e também existem municípios com população alta e baixa capacidade contributiva per capita. Considerando-se, por exemplo, a análise comparativa entre os últimos dados disponíveis de população (2022) e do

1 IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. - 20. ed. – Rio de Janeiro: Impetus, 2015. p. 112



produto interno bruto per capita (2020)², percebemos que entre os 55 municípios de maior PIB per capita do Brasil, 51 têm população inferior a 156.216; ou seja, 93% dos municípios que se encontram no 1% do topo superior de riqueza municipal estariam sendo contemplados pelo critério populacional adotado no PL nº 334/2023.

Nesse contexto, visando melhorar a efetividade do benefício fiscal, em respeito ao princípio maior da isonomia, estou propondo, atendendo proposição do Deputado Líder Elmar Nascimento, através de um Substitutivo a modificação desse critério, passando do critério meramente populacional para o critério de PIB per capita, conforme apresentado no Projeto de Lei Complementar nº 51, de 2021, que tramita no Senado Federal, de autoria do Senador Jaques Wagner, cujo quadro de alíquotas está abaixo reproduzido:

GRUPO	FAIXA DE RENDA PER CAPITA	ALÍQUOTA
1	Municípios entre os 20% menor PIB per capita	8,0%
2	Municípios entre os 20% e 40% menor PIB per capita	10,5%
3	Municípios entre os 40% e 60 % menor PIB per capita	13,0%
4	Municípios entre os 60% e 80% menor PIB per capita	15,5%
5	Municípios entre os 20% maior PIB per capita	18,0%

Além disso, estou propondo que a vigência da desoneração dos municípios seja fixada também em 31 de dezembro de 2027, por uma questão de coerência com a proposta de prorrogação da desoneração e também em respeito ao mandamento usualmente previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que exige cláusula de vigência de, no máximo, cinco anos nas proposições legislativas que concedam, renovem ou ampliem benefícios tributários.

² Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponíveis em <https://www.ibge.gov.br/>.



A respeito da técnica legislativa, as matérias estão em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 95/1998, que dispõe sobre as normas de redação, elaboração, alteração e consolidação das leis.

Em relação à adequação financeira e orçamentária, verifica-se que o Projeto de Lei nº 1.016, de 2023, propõe prorrogar, até 31 de dezembro de 2027, a atual política de desoneração da folha de pagamentos, que, nos termos vigentes, expiraria em 31 de dezembro de 2023, conforme previsto pela Lei nº 14.288, de 2021. Nota-se, portanto, que a proposição apenas estende no tempo a sistemática de arrecadação que já se faz presente no ordenamento jurídico.

Reitero ainda os argumentos esposados pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal: *“Embora o gasto tributário da desoneração seja estimado pela Receita Federal do Brasil em R\$ 9,4 bilhões, o efeito positivo à economia supera os R\$ 10 bilhões em arrecadação – considerando o acréscimo de mais de 620 mil empregos dos 17 setores desonerados em 2022 e o decorrente crescimento de receitas advindas de impostos e contribuições”*. Ademais, a redução da alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha dos municípios não afeta a trajetória estimada para o resultado primário do setor público consolidado.

Assim, concluo pela adequação orçamentário-financeira da matéria e, no mérito, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 334, de 2023, na forma do Substitutivo anexo, e pela rejeição do PL nº 1.016/2023.

II.1 - Conclusão do voto

Ante o exposto:

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico (CDE), somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 334, de 2023, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.016, de 2023.

No âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, somos pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº



1.016, de 2023, e do Projeto de Lei nº 334, de 2023, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 334, de 2023, na forma do Substitutivo em anexo, e pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.016, de 2023.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.016, de 2023, e do Projeto de Lei nº 334, de 2023, e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação, em anexo.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputada
Relatora ANY ORTIZ

2023-14183



PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E DE CONSTITUIÇÃO, DE JUSTIÇA E DE CIDADANIA, AO PROJETO DE LEI Nº 1.016, DE 2023 E AO APENSADO PROJETO DE LEI Nº 334, DE 2023, DO SENADO FEDERAL

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 334, DE 2023
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Prorroga até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 2011, e o **caput** do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 2004; altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei prorroga o prazo de vigência referente à contribuição previdenciária sobre a receita bruta e ao acréscimo de alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação) sobre determinados bens, de que tratam os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e o **caput** do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha devida por municípios; e dá outras providências.

Art. 2º Os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Até 31 de dezembro de 2027, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do **caput** do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:



.....” (NR)

“Art. 8º Até 31 de dezembro de 2027, poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do **caput** do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:

.....” (NR)

Art. 3º O **caput** do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

§ 21. Até 31 de dezembro de 2027, as alíquotas da Cofins-Importação de que trata este artigo ficam acrescidas de 1 (um) ponto percentual na hipótese de importação dos bens classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 11.158, de 29 de julho de 2022, nos códigos:

.....” (NR)

Art. 4º Até 31 de dezembro de 2027, a alíquota da contribuição sobre a receita bruta será de 1% (um por cento) para as empresas identificadas no inciso III do **caput** do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 5º O art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.

§ 17. Até 31 de dezembro de 2027, a alíquota da contribuição prevista no inciso I do **caput** deste artigo, a cargo dos municípios e do Distrito Federal, será progressiva e de acordo com o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município e do Distrito Federal, conforme lista taxativa a ser publicada pelo Ministério da Fazenda, com base em dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nos seguintes termos:

I – 8%, para municípios entre os 20% com menor PIB per capita;

II – 10,5%, para municípios entre os 20% e os 40% com menor PIB per capita;

III – 13%, para municípios entre os 40% e os 60% com menor PIB per capita;



IV – 15,5%, para municípios entre os 60% e os 80% com menor PIB per capita; e

V – 18%, para municípios entre os 20% com maior PIB per capita.

§ 18. A lista a ser publicada pelo Ministério da Fazenda não será alterada em decorrência de atualização futura do PIB ou da população e valerá por todo o período previsto no § 17.”
(NR)

Art. 6º O monitoramento e avaliação do impacto da política de desoneração da folha de pagamentos respeitará o disposto no art. 10 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor:

I - no primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação, quanto ao art. 3º e 5º;

II - na data de sua publicação, quanto aos demais artigos.

